



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS VI
COLEGIADO DE HISTÓRIA – VII SEMESTRE

MARIA CLARA WISNIEWSKI PUGA SILVA

**FAMÍLIA, PROPRIEDADE E PODER: ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS XAVIER
DE CARVALHO COTRIM NO ALTO SERTÃO DA BAHIA (1750-1860)**

CAETITÉ-BA
2025

MARIA CLARA WISNIEWSKI PUGA SILVA

**FAMÍLIA, PROPRIEDADE E PODER: ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS XAVIER
DE CARVALHO COTRIM NO ALTO SERTÃO DA BAHIA (1750-1860)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura de História, da Universidade do Estado da Bahia – Campus VI, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado(a) em História.

Orientador: Prof. Dr. Zezito Rodrigues da Silva



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
CAMPUS VI - CAETITÉ/BA

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA CLARA WISNIEWSKI PUGA SILVA

ATIVIDADES ECONÔMICAS NOS “CURRAIS DA BAHIA”: A FAMÍLIA XAVIER DE CARVALHO COTRIM NO ALTO SERTÃO BAIANO (1820-1860)

Trabalho de conclusão de curso aprovado pela banca examinadora para obtenção do grau de licenciado (a) / bacharel em **História** na Universidade do Estado da Bahia com **nota: 9,5**.

Caetité, 02 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
ZEZITO RODRIGUES DA SILVA
Data: 17/12/2025 23:23:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Zezito Rodrigues da Silva
UNEB/Campus VI - Orientador



Documento assinado digitalmente
HELIDA SANTOS CONCEICAO
Data: 23/12/2025 09:27:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Héli da Santos Conceição
UNEB/Campus II - Membro examinador



Documento assinado digitalmente
PABLO ANTONIO IGLESIAS MAGALHAES
Data: 26/12/2025 14:49:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães
UFOB - Membro examinador

Dedico este trabalho aos meus pais, Adelita e André, pelo apoio e incentivo em todas as etapas da minha vida. Sem vocês, eu não teria recebido a educação e a formação que contribuíram para que eu me tornasse quem sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Adelita e André, base de quem sou e espelho de quem desejo me tornar. Em toda a minha trajetória, foi em vocês que encontrei motivação para seguir em frente.

À Bel, Gabriel e Gustavo, meus irmãos queridos, em vocês encontro afeto e apoio constantes.

À UNEB e ao Arquivo Público Municipal de Caetité, lugares que me acolheram tão bem e contribuíram de forma significativa para minha formação.

Aos professores do Curso de História, que, ao longo desse percurso, me ensinaram muito mais do que conteúdos. Levo comigo cada conversa, leitura e viagens realizadas nesses quatro anos na UNEB. Agradeço, em especial, ao professor Zezito, pela orientação e dedicação durante toda a jornada de produção deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho analisa as atividades econômicas desenvolvidas no Alto Sertão da Bahia entre os séculos XVIII e XIX, tomando como objeto a família Xavier de Carvalho Cotrim, integrante da elite rural regional. O objetivo central é compreender como essa família se inseriu nas dinâmicas econômicas e nas redes de poder dos chamados do Alto Sertão baiano, observando as transformações que marcaram a passagem da economia colonial para o contexto oitocentista. A pesquisa adota uma abordagem de História Social. Metodologicamente, o estudo utiliza a análise qualitativa de inventários *post-mortem*, através de cruzamento de fontes com dados da bibliografia para identificar estratégias familiares de manutenção de poder e riqueza. Os resultados evidenciam a coexistência de diferentes atividades econômicas, principalmente a pecuária e a cotonicultura, articuladas por redes familiares. A investigação demonstra que o Alto Sertão baiano e seus agentes estiveram conectados às dinâmicas comerciais da colônia e império.

Palavras-chave: Alto Sertão da Bahia; criação de gado; Família Cotrim; Economia oitocentista.

RESUMO

This study analyzes the economic activities developed in the Alto Sertão region of Bahia between the 18th and 19th centuries, focusing on the Xavier de Carvalho Cotrim family, members of the regional rural elite. The central objective is to understand how this family integrated into the economic dynamics and power networks of the so-called Alto Sertão of Bahia, observing the transformations that marked the transition from the colonial economy to the 19th-century context. The research adopts a Social History approach. Methodologically, the study uses qualitative analysis of post-mortem inventories, cross-referencing sources with bibliographic data to identify family strategies for maintaining power and wealth. The results highlight the coexistence of different economic activities, mainly livestock farming and cotton cultivation, articulated by family networks. The investigation demonstrates that the Alto Sertão of Bahia and its agents were connected to the commercial dynamics of the colony and empire.

Keywords: Alto Sertão of Bahia; Cattle raising ; Cotrim Family; Nineteenth-Century Economy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO E SUJEITOS DE PESQUISA: O ALTO SERTÃO BAIANO E SUA OCUPAÇÃO	15
1.1 O Alto Sertão Setecentista: espaço, economia e agentes.....	15
1.2 A chegada e estabelecimento de Antônio Xavier de Carvalho Cotrim ao Alto Sertão da Bahia.....	18
CAPÍTULO 2 – A REDE FAMILIAR DA FAMÍLIA COTRIM E SEU PAPEL NA CONSOLIDAÇÃO DE PODER E RIQUEZA	21
2.1 O modelo familiar do Alto Sertão baiano colonial.....	21
2.2 As redes de sociabilidade da família Cotrim.....	23
2.3 As milícias e câmaras do Alto Sertão: a rede da família Cotrim	28
CAPÍTULO 3 – ATIVIDADES ECONÔMICAS OITOCENTISTAS E A PARTICIPAÇÃO DOS COTRIM: O QUE OS INVENTÁRIOS REVELAM	31
3.1 A economia oitocentista.....	31
3.2 A família Xavier de Carvalho Cotrim no realinhamento econômico oitocentista.....	34
3.2.1 O algodão nos inventários.....	36
3.2.2 O gado <i>vacum</i> nos inventários.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICES	43

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XVIII, com a descoberta de ouro nos sertões da América portuguesa, a ocupação do Alto Sertão da Bahia¹ foi se desenhando. Inicialmente, grandes faixas de terras eram administradas por poucas famílias, consequência da distribuição das sesmarias², como é o caso dos Guedes de Brito³, que para garantir a produção nestas localidades, instalavam fazendas de criação de gado nas áreas conquistadas dos indígenas.

No entanto, isso não significou que estes “senhores de terra” ocuparam este espaço⁴. Durante o século XVIII, o interesse pelo território próximo as regiões mineradoras e com potencial para criação de gado aumentava. Desse modo, os primeiros posseiros e rendeiros das propriedades sertanejas foram os responsáveis pela ocupação, abertura de fazendas, criação de caminhos e pelo desenvolvimento das atividades econômicas⁵.

No início do século XIX, a decadência do ciclo do ouro e a influência da Revolução Industrial inglesa na economia do jovem Império brasileiro chega à região do Alto Sertão baiano. Neste contexto, além da atividade de criação e produtos para a subsistência, fazendas da região passam a desenvolver a cotonicultura. Atividade desenvolvida majoritariamente para a exportação para os mercados da indústria têxtil inglesa⁶.

Por isso, levando em consideração a realidade citada e a ideia de que “a economia modela o social e o espaço, que o espaço comanda a economia e o social, que o social a seu turno comanda as duas outras realidades” (Brudel, 1977, p.89 apud

1 O Alto Sertão baiano corresponde à “região à margem direita do São Francisco, entre o Rio Verde Grande, foz do Paramirim, nascentes do Rio de Contas e curso do Gavião.” (Neves, 2019, p.116)

2 Sistema de repartição fundiária adotado para a ocupação colonial do território da América portuguesa, onde enormes extensões de terras eram distribuídas para um único proprietário, que tinha o dever de conquistar territórios dos indígenas e garantir algum tipo de produção nestas áreas. (Neves, 2001).

3 NEVES, Erivaldo Fagundes. **História de família**: origens portuguesas de grupos consanguíneos do Alto Sertão da Serra Geral. CLIO. Recife: Online, 2019.

4 ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Senhores de pequenos mundos**: disputas por terras e os limites do poder local na América Portuguesa. Saeculum, João Pessoa: UFPB, v. 26, p. 1-16, 2012

5 NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários**: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003

6 SILVA, Zezito Rodrigues da. **Uma vila na periferia do Império**: Sociedade, Território e Poder no Alto Sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna De Caitete, 1810-1821). 2021. Tese de Doutorado. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense–UFF: Niterói.

Santos, 2013, p.8), este trabalho tem como objetivo o estudo das atividades econômicas na região conhecida como “currais da Bahia⁷”, destacando a participação da família Xavier de Carvalho Cotrim dentro das dinâmicas do Alto Sertão baiano entre 1750 e 1860 e apresentando a pluralidade na economia da região, principalmente na primeira metade do século XIX.

As análises apresentadas possibilitam a compreensão dos aspectos sociais, econômicos e políticos da região do Alto Sertão e como os agentes do período se organizavam. Por isso, este tem relevância acadêmica, visto que, constantemente, pesquisas acadêmicas e produções de memorialistas da região citam os Cotrim. Porém, nenhuma delas se propôs a pesquisá-los como objeto central dentro da dinâmica socioeconômica.

Ainda, a relevância social deste projeto se mistura com a motivação pessoal da autora. Socialmente esta produção servirá para demonstrar a importância de preservação do casarão da Fazenda Brejo dos Padres⁸. Tal patrimônio, que pertencia aos Cotrim no período de recorte temporal deste projeto, se encontra em situação precária de conservação e corre risco de danos estruturais. Por isso, este estudo pode colaborar na reconstituição de memórias deste local em futuras produções, evidenciando-o como um espaço de sociabilidade e com importância histórica para as dinâmicas do Alto Sertão baiano.

A preservação deste patrimônio é de interesse pessoal. Foi a partir deste ponto que cheguei ao recorte temático e na escolha dos sujeitos. Isso porque, desde 1967, o casarão pertence a minha família paterna⁹. Nele participei de festejos e comemorações que envolviam toda a comunidade do Brejo dos Padres. Ele foi o berço da mesma e se manteve por séculos como o centro econômico dela, pois os fornos, o engenho, os canaviais e a criação de gado se desenvolveram no entorno

⁷ Segundo Santos (2013), “nos primeiros anos da ocupação das áreas mineradoras descobertas nos sertões da América portuguesa em finais do século XVII, o abastecimento das Minas era realizado através de um circuito mercantil que ficou conhecido como “Caminhos dos Sertões e dos Currais da Bahia.”

⁸ Casarão histórico tombado pelo IPAC-BA localizada na zona rural de Caetité-BA, a 637Km de Salvador. Tal casarão foi residência de Antonio Xavier de Carvalho Cotrim e posteriormente comprado por seus filhos (NEVES, 2008).

⁹ Clarindo Pereira da Silva (1925-2023), quem comprou a propriedade de Manoel Fernandes dos Santos, em 1967, era pai de Paulo Pereira da Silva (1948-1994), que era pai de André Maurício Silva, que é pai de Maria Clara Wisniewski Puga Silva.

deste casarão, o que atraiu pessoas que buscavam trabalho. Dessa forma, originando a comunidade do Brejo dos Padres.

Figura 1 – O casarão da Fazenda Brejo dos Padres



Fotografia da parte frontal do casarão. Acervo pessoal, 2022.

Tendo este interesse no casarão e na comunidade e como monitora voluntária do Laboratório de Oralidade e Imagem do campus VI da UNEB, realizei um primeiro trabalho de pesquisa, que levantei memórias dos moradores da localidade e estudei sobre as condições geográficas da fazenda como facilitadora do desenvolvimento da economia.

Com as informações obtidas, iniciei a leitura das produções do Erivaldo Neves, onde tive contato com os nomes dos proprietários das propriedades do Alto Sertão baiano durante sua ocupação. A presença constante de membros da família Xavier de Carvalho Cotrim entre eles chamou-me atenção. Então, a curiosidade levou ao início das pesquisas sobre ela, foi quando eu percebi as lacunas e possíveis temáticas de pesquisa. Durante este processo, surgiu a possibilidade de participar de uma Iniciação Científica¹⁰ que tinha como recorte temporal os séculos XVIII e XIX e recorte espacial os sertões da Bahia. Como bolsista desta atividade montei o projeto “Atividades econômicas nos “currais da Bahia”: A família Xavier de Carvalho Cotrim no Alto Sertão (1750-1830)”, que deu início ao desenvolvimento do projeto de pesquisa que originou este trabalho.

¹⁰ Atividades econômicas nos “currais da Bahia”: A família Xavier de Carvalho Cotrim no Alto Sertão (1750-1830) – PICIN/UNEB, orientada pelo Professor Doutor Zezito Rodrigues da Silva.

A metodologia escolhida foi a análise de inventários familiares, porque

“Os inventários trazem referências da atividade ocupacional do inventariado, meios de sobrevivência, negociações realizadas, composição das famílias, intrigas e desavenças pela partilha do espólio, arranjos familiares, condições de moradia. É possível, nesse sentido, recompor particularidades da vida social de parcela significativa de moradores da região” (Santos, 2014, p.32)

Com as perspectivas da História Social adotadas, os inventários selecionados passaram por uma análise mais qualitativa do que quantitativa. Conseqüentemente, mesmo evidenciando as atividades econômicas, a análise foca nas redes sociais da família, destacando sua relação com a dinâmica mercantil e a organização territorial do período estudado.

No processo de pesquisa pelos inventários familiares, identificou-se uma predominância de produção entre 1750 e 1860. O recorte temporal balizador tem como origem estas fontes. O acesso a elas foi viabilizado pelas viagens de campo para as pesquisas de Iniciação Científica e através do acervo online Geneasoba, pois eles se encontram no Arquivo Público do estado da Bahia (APEB) e no Arquivo Público Municipal de Rio de Contas (APMRC).

Em comparar a predominância dos inventários e o contexto histórico em que a família esteve inserida (os bens deixados para os filhos e genros, majoritariamente), o Corpus da pesquisa foi os inventários dos filhos homens, do patriarca e de suas esposas

Tabela 1 – Inventários da família Cotrim

Detentor	Período	Local	Inventariados
APMRC	1752	Rio de Contas	Angelica Maria de Jesus
APEB	1818	Caetité	Francisco Xavier de Carvalho Cotrim
APEB	1821	Caetité	Antonio Xavier de Carvalho Cotrim e Joana Fagundes da Silva
APEB	1831	Caetité	Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim
APEB	1850	Caetité	Antonio Angelo Xavier de Carvalho Cotrim
APEB	1861	Caetité	Manoel Xavier de Carvalho Cotrim

Elaboração própria.

Estes inventários não são inéditos para as pesquisas. Erivaldo Fagundes os utilizou em sua tese “Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)”. No entanto, a sua análise parte principalmente para o mapeamento e organização fundiária. Assim, a análise proposta no presente trabalho é inédita e se organiza da seguinte forma:

Na primeira parte, a pesquisa apresenta como as características geográficas possibilitaram o desenvolvimento das atividades econômicas e o início da trajetória da família Cotrim na região, buscando compreender as razões que levaram a ocupação do Alto Sertão da Bahia no século XVIII, quando o patriarca da família, Antônio Xavier de Carvalho Cotrim, deixa Portugal a caminho do Sertão baiano, onde se estabelece no Sítio do Brejo dos Padres (ou Fazenda Brejo dos Padres¹¹), propriedade dos Guedes de Brito, como arrendatário destas terras. Neste local, desenvolveu a atividade de criação de gado *vacum*¹². Em 1752, Antônio se tornou proprietário, da fazenda de sua falecida primeira esposa, na Vila do Urubu, Vila que tem dentro dos seus fundadores o próprio Antônio Xavier de Carvalho Cotrim¹³. Os aspectos teóricos são abordados, principalmente, a partir das discussões de Neves (2001; 2003; 2008; 2019) e Raphael Santos (2013; 2016).

A família Cotrim integrava uma elite rural, pois se constituíram como grandes proprietários, alcançaram posições em postos políticos, administrativos e de milícias coloniais, como o próprio Antônio, que conseguiu o título de Capitão, ou seus descendentes que “projetaram-se como juizes de paz, de órfãos, municipal, de direito e desembargadores” (NEVES, p.128, 2019). Essa categoria social tinha o casamento como principal forma de garantir a permanência do poder dentro de uma rede. A segunda parte deste trabalho contempla como a rede dos Cotrim permitiu sua inserção em diferentes espaços de poder da colônia e império. Mas antes, destaca qual o modelo familiar colonial da América Portuguesa ao analisar a família enquanto categoria a partir das considerações de Bloch (1940), Ariés (1981), Algranti (1997) e Neves (2019).

¹¹ “Acessa-se partindo-se de Caetitê, percorrendo-se aproximadamente 16 km da BR-030, em direção a Guanambi, onde toma-se estrada vicinal à esquerda, avançando-se mais cinco quilômetros.” (Neves, p.126, 2019).

¹² NEVES, Erivaldo Fagundes. História de família: origens portuguesas de grupos consanguíneos do Alto Sertão da Serra Geral. CLIO. Recife: Online, 2019.

¹³ Ibid., p. 124.

A terceira parte deste trabalho busca apresentar os realinhamentos da economia durante a primeira metade do século XIX, exemplificando, através de dados dos inventários, como a família Cotrim se inseriu entre as principais atividades desenvolvidas no período. Neste século, a decadência do ciclo do ouro e a influência da Revolução Industrial inglesa na economia do jovem Império brasileiro chega a região do Alto Sertão baiano. Neste contexto, além da atividade de criação e produtos para a subsistência, fazendas da região passam a desenvolver a cotonicultura. Atividade desenvolvida majoritariamente para a exportação para os mercados da indústria têxtil inglesa¹⁴. Sobre este novo contexto, as discussões teóricas se fundamentam em Hobsbawm (2012), Fragoso (2002) e Silva (2021).

¹⁴ SILVA, Zezito Rodrigues da. **Uma vila na periferia do Império**: Sociedade, Território e Poder no Alto Sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna De Caitete, 1810-1821). 2021. Tese de Doutorado. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense–UFF: Niterói.

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO E SUJEITOS DE PESQUISA: O ALTO SERTÃO BAIANO E SUA OCUPAÇÃO

1.1 O Alto Sertão Setecentista: espaço, economia e agentes

Segundo Santos, “como toda estrutura, o território ao mesmo tempo em que influencia a ação humana é transformado por ela” (Santos, 2013, p.64). Assim, para discutir as dinâmicas sociais e econômicas desenvolvidas no Alto Sertão da Bahia é necessário compreender características deste território, porque as características naturais da região representam um conjunto importante para a ocupação e pelo desenvolvimento das principais atividades mercantis ocorridas ali, sobretudo a atividade de criação de gado e a cotonicultura, posteriormente.

Para definição espacial do Alto Sertão da Bahia, considera-se aqui o defendido pelo pioneiro nos estudos sobre a região, Erivaldo Fagundes Neves, que delimita este território como a “região à margem direita do São Francisco, entre o Rio Verde Grande, foz do Paramirim, nascentes do Rio de Contas e curso do Gavião.” (Neves, 2019, p.116).

Ao considerar a delimitação apresentada, torna-se fundamental analisar como as características físicas do território, principalmente a presença das águas, foram uma das razões para a ocupação do Alto Sertão. Segundo Silva (2021), os fazendeiros “aproveitaram os vales entrecortados por pequenos riachos, lagoas e várzeas para garantir o estabelecimento humano no semiárido baiano” (Silva, 2021, p.181). Isto porque o clima da região semiárida era caracterizado por “estiagens prolongadas, secas e períodos de alagamento causados por chuvas intermitentes” (Santos, 2014, p.196). Assim, a presença de fazendas e o desenvolvimento de atividades econômicas foi possível na região justamente pela disponibilidade dessas águas, recurso indispensável tanto para a criação de gado quanto para as práticas agrícolas, fossem elas de subsistência ou comerciais.

Entretanto, a definição apresentada não se restringe apenas a uma questão geográfica, o autor leva em consideração os aspectos físicos, sociais e econômicos (Neves, 2008, p.28), porque a organização do território colonial se constituiu através da ocupação setecentista destas regiões, mas focadas principalmente no desenvolvimento das atividades econômicas e de subsistência citadas.

Ainda de acordo com Neves (2003), a principal atividade econômica desenvolvida no Alto Sertão baiano durante a ocupação inicial foi a pecuária. A primeira razão estava relacionada a fatores geográficos, pois, além da disponibilidade de água, a região apresentava vegetação com gramíneas, mesmo nos períodos de seca, e amplos pastos naturais. Apesar disso, as propriedades nem sempre eram autossuficientes. Quando não dispunham de recursos suficientes para manter as criações, os fazendeiros podiam alugar ou arrendar mangas e pastos de outros proprietários. Essa atividade se desenvolveu paralelamente à pecuária. Por isso, muitos inventários do período colonial revelam a quantidade de cabeças de gado vacum do proprietário e o local onde a criação estava, que não necessariamente era uma propriedade do inventariado (tabela 5).

A segunda razão para o desenvolvimento da atividade na região foi a descoberta de ouro nas Minas Gerais, visto que a exploração aurífera incentivou intensa imigração para o interior da colônia, gerando ampla demanda por carne e demais alimentos destinados ao abastecimento das áreas mineradoras. (Neves, 2003).

Nesse contexto surgem as rotas, caminhos e estradas para o comércio de gado, de escravizados e outros produtos produzidos no Alto Sertão da Bahia, principalmente com o Recôncavo baiano e com Minas Gerais. Esses caminhos, conhecidos como “Caminhos das Minas à Bahia” (apresentado na figura 2), possibilitaram a integração da região das Serras Gerais da Bahia a dinâmica econômica desenvolvida na América Portuguesa setecentista (Santos, 2013, p.77).

Figura 2: Mapa dos caminhos das Minas à Bahia – Século XVIII



No entanto, os trajetos por estes longos caminhos não eram fáceis ou permitido a todos. Para a realização da atividade comercial nestes espaços demandava-se recursos e informações precisas.

Isso significa que era praticamente impossível agir individualmente nesse tipo de negócio. A organização das empresas em redes familiares e de amizade foi a solução mais comum adotada pelos agentes mercantis para a realização de seus negócios (Santos, 2016, p.156).

Antes de falar sobre estas redes, é importante apresentar aqui os agentes que ocuparam a região do Alto Sertão baiano e fizeram parte destas conexões sociais, econômicas e, por vezes, familiares que aconteciam no espaço sertanejo.

Na conjuntura setecentista, apesar do destaque da pecuária, as fazendas de criação dificilmente eram administradas diretamente pelos beneficiados com o direito às terras, pois o modelo administrativo adotado na América Portuguesa, as sesmarias, impossibilitava a presença deles em todas as fazendas construídas em suas numerosas extensões de terras. A limitação de controle direto sobre as propriedades teve consequências na ocupação e resistência nos territórios, uma vez que a região não era totalmente desocupada antes do estabelecimento das fazendas. Assim, a inserção de outros agentes para administração das propriedades e para combater a resistência dos nativos tornou-se uma necessidade.

Os indígenas já ocupavam a região desde muito antes do período colonial. Estes grupos, primeiros agentes, conforme apontado por Silva (2021, p. 208), dificultavam e ameaçavam o desenvolvimento do comércio na região, porque tornavam o trajeto inseguro para os comerciantes. Então, para conquistar esses territórios, os senhores, outro grupo de agentes, promoviam “guerras de conquista” entre as nações indígenas e os conquistadores, administradores das sesmarias, que, após a vitória, podiam agregar o espaço conquistado ao seu domínio.

Porém, para evitar o absenteísmo e a reaproximação dos nativos, que poderia ocorrer devido à longa extensão das sesmarias, os proprietários garantiram a ocupação e produção nas regiões, principalmente através do arrendamento de terras a portugueses interessados em investir ou participar nas atividades comerciais desenvolvidas. No contexto do Alto Sertão, a pecuária, a mineração e a agricultura policultura resultam esta ocupação¹⁵.

¹⁵ SILVA, Zezito Rodrigues da. Trabalho, cultura e sobrevivência no Alto Sertão da Bahia. In: Encontro Estadual de História – ANPUH-BA, ed 4. Vitória da Conquista: ANPUH-BA, 2008. p.1-2.

Dessa forma, não apenas os proprietários fizeram parte dos grupos que participaram da ocupação do Alto Sertão Baiano. Neves (2003, p. 216-254) apresenta outros dois grupos: os posseiros e os rendeiros, agentes administradores das terras e fazendas de gado. Também, os escravizados africanos trazidos como opção de mão-de-obra.

De acordo com Alveal (2012), grande parte das terras da região do Alto Sertão era parte do morgadio dos Guedes de Brito. Para manter o funcionamento das propriedades que possuíam, utilizavam do arrendamento¹⁶ ou do sistema de sorte, onde um quarto ou quinto dos bezerros nascidos na fazenda ficavam com o arrendatário em troca dos serviços dos gestores nas propriedades.

Neste formato de arrendamento que a família Cotrim, objeto de estudo deste estudo, chega à região.

1.2 A chegada e estabelecimento de Antônio Xavier De Carvalho Cotrim Ao Alto Sertão Da Bahia

Filho dos portugueses Manuel Pires de Carvalho e Andreza Josefa da Silva, Antônio Xavier de Carvalho Cotrim, patriarca da família Cotrim, lisboeta, nasceu em 1707. No mesmo ano foi batizado por João Xavier da Silva, de quem recebe o sobrenome Xavier.

No Alto Sertão, Antônio Cotrim “estabeleceu-se nas nascentes do Rio das Rãs, afluente do São Francisco, no sítio Brejo dos Padres, “povoação do Caetaté”, então Arraial da Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas, comarca de Jacobina” (Neves, 2019, p. 123). Nesta fazenda, foi gestor com o sistema de sorte e, posteriormente, arrendatário de Joana da Silva Guedes de Brito. Neves (2019, p. 127) destaca que Antônio não chegou a ser proprietário da fazenda, mas que a propriedade foi adquirida por seus filhos no final do século XVIII, conforme os inventários apresentam (aparece no espólio de Francisco e Joaquim).

¹⁶ Segundo Neves, “o conceito de arrendamento de terras relaciona, diretamente, um inquilino como possuidor precário de uma gleba dentro de uma propriedade, com o proprietário, ao qual se torna semidependente.” (Neves, 2003, p.195).

Seu primeiro casamento foi com Angélica Maria de Jesus, filha do Capitão Estevão Pinheiro de Azevedo e Mariana Vieira de Matos, com quem teve seu primeiro filho, Antônio Ângelo de Carvalho Cotrim, em 1751. Em 1752, Angélica falece¹⁷.

Então, viúvo, Antônio se casa novamente, com Joana Fagundes da Silva, filha de João Rodrigues da Matta e Eugênia Pereira Fagundes¹⁸. Neste matrimônio, o patriarca tem mais 6 filhos homens: José, Joaquim, Manoel, Antônio Joaquim, João, Francisco, todos Xavier de Carvalho Cotrim; e 3 mulheres: Ana Xavier da Silva, Joana Xavier da Silva e Angélica Maria da Conceição¹⁹.

Uma informação a ser destacada é que ambas as suas esposas não têm origem na região correspondente a atual Caetité, onde a Fazenda Brejo dos Padres está localizada. Ela era da antiga Vila do Urubu de Cima, atual Paratinga. Sobre este local, Neves (2019, p.125) revela que Antônio aparece como um dos fundadores.

A partir do século XVII, para a garantia da lei e da ordem pública por todo o Império criou-se os Corpos da Ordenanças. Nos arraiais e freguesias, estes corpos estavam organizados através das milícias. Para ocuparem os cargos de capitães, líderes das milícias, era necessário que estes sujeitos fossem “homens bons”, ou seja, que tivessem qualidades, riquezas, boa origem e que estivessem dispostos a combater os invasores e os gentios (Silva, 2021, p.299).

Neste contexto, tornar-se capitão era um privilégio para homens que se enquadrassem nestes critérios. Assim, eles conquistavam ascensão ligada não apenas a riquezas, mas a um poder, que se firmava através dos laços e redes desenvolvidos nas milícias e câmaras. Assim, o português Antônio Xavier de Carvalho Cotrim tornou-se capitão de milícia²⁰ e garantiu bons casamentos para seus filhos.

Mesmo com a atividade mineradora no auge quando o patriarca chega na região, a principal atividade desenvolvida por Antônio Xavier de Carvalho Cotrim foi a criação de gado *Vacum*. Porém, ele participava na gestão e negociação dos gados, principalmente. Mas, a fazenda ainda exigia a mão de obra para os cuidados dos animais, para os trabalhos nas lavouras e cuidados domésticos. Para estes serviços eram utilizados escravizados. O tráfico destes sujeitos escravizados fez parte das

¹⁷ APMRC. Acervo: Poder Judiciário – Autos Cíveis. Inventários post mortem. Inventariado: JESUS, Angélica Maria de. Inventariante: Cotrim, Antonio Xavier de Carvalho, 1752

¹⁸ APMRC Acervo: Poder Judiciário – Autos Cíveis. Inventários post mortem. Inventariado: MATA, João Rodrigues da. Inventariante: FAGUNDES, Eugênia Pereira. Caixa 07, Maço 14, Documento 77, 1747-1768.

¹⁹ APEB. Judiciário. Inventário, Antônio Xavier de Carvalho Cotrim e Joana Fagundes da Silva, 1821.

²⁰ Neves (2019, p.123-125).

dinâmicas econômicas em que a família Cotrim e as famílias que faziam parte de suas redes de conexões estiveram envolvidas ao longo dos séculos (Neves, 2000, p. 97-128).

A criação de gado, o comércio de escravizados e a posse de terras eram os principais meios de demonstrar riqueza. Os chamados “bens de raiz” demonstravam o poder econômico muito além de um valor líquido atribuído em um sistema monetário. Por isso, apesar de uma avaliação em réis, estes bens, assim como o ouro, eram meios dos proprietários evitar a perda de valor que o dinheiro em espécie sofria (Silva, 2021, p. 249).

Para garantir que esta riqueza se mantivesse dentro da família e se ampliasse, os inventários e testamentos do período revelam que as famílias mais abastadas se casaram entre si, montando redes familiares, que perpassavam o âmbito afetivo e se revelavam verdadeiras redes econômicas e políticas. Essa realidade pode ser observada nas conexões estabelecidas pela família Xavier de Carvalho Cotrim.

CAPÍTULO 2 - A REDE FAMILIAR DA FAMÍLIA COTRIM E SEU PAPEL NA CONSOLIDAÇÃO DE PODER E RIQUEZA

Para entender como estas redes familiares se tornavam redes de negócios ou vice-versa, precisa-se entender a organização familiar comum entre as famílias que faziam parte destas dinâmicas. Portanto, é importante entender a família enquanto uma categoria de análise dentro da história e de seu tempo.

2.1 O modelo familiar do alto sertão baiano colonial

Em seu livro póstumo, “A sociedade Feudal” (1940), Marc Bloch traz uma análise sobre a Europa Feudal, analisando aspectos formadores, sociais, econômicos e religiosos. Meio a sua análise, o autor aponta o grupo familiar como parte fundamental da organização feudal. Para ele “O homem isolado, no entanto, pouco podia fazer. [...] Entrava então em cena o grupo familiar.” (Bloch, 1940. p.157).

No contexto feudal, meio aos conflitos e guerras por terras e o início da constituição das nações europeias, a confiança para as relações e negociações eram asseguradas, principalmente por laços de parentesco ou linhagem. Bloch (1940) apresenta isso na segunda parte de seu livro intitulada “Os laços de homem para homem”. A linhagem garante a permanência ao grupo, transmitindo não apenas bens, mas honra e posição social. Por isso, “quanto ao casamento, este era muitas vezes, da forma mais ingénuo, era apenas uma associação de interesses e, para as mulheres, uma instituição de protecção.” (Bloch, 1940, p. 168).

Bloch (1940) caracteriza o modelo familiar como patriarcal e fundamentado nas linhagens. Embora o parentesco de sangue fosse central na transmissão dos bens e da honra, o grupo doméstico incluía também vassallos, agregados e apadrinhados²¹.

As considerações de Bloch sobre a família e seu papel social são importantes, porque apesar do período Feudal anteceder o período da colonização, é a partir dele que a sociedade cristã Ocidental começa se desenvolver, influenciando o modelo português que foi base do modelo familiar implantado na América Portuguesa,

²¹ BLOCH, Marc. *A sociedade feudal* [PDF]. Tradução de Emanuel Lourenço Godinho; revisão de Edições 70. Lisboa: Edições 70 / Distribuidor no Brasil: Livraria Martins Fontes, s.d. Disponível em: <https://blogdorusuca.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/marc-bloch-a-sociedade-feudal.pdf>. Acesso em 13 out 2025.

conforme também aponta Ariés, quem analisa a transformação da família medieval para a moderna.

Philippe Ariés (1981), em seu livro “História Social da criança e da família”, apresenta como a ideia de família ocidental foi construída através das concepções cristãs presentes nas sociedades europeias, sobretudo a partir do século XV, quando buscava-se legitimar a organização e criação dos Estados Nacionais cristãos, que necessitava do apoio das instituições, como a família, para se manter. Segundo o autor, o modelo de família foi definido a imagem da família sagrada, com uma figura paterna central.

A influência dos modelos familiares apontados por Bloch e Ariés é perceptível na estrutura familiar da América Portuguesa apresentada por Leila Algranti, no capítulo “Famílias e vida doméstica”, do livro História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa” (1997). A autora aponta a participação do Estado e da religião dentro das famílias e destaca como o casamento fazia parte de um projeto colonizador para as elites locais manterem seus bens e propriedades. Porém, o capítulo enfatiza que a formação familiar na América era diversa, mesmo com a idealização patriarcal e nucleada, a vida doméstica destas famílias incluía filhos ilegítimos, escravizados, parentes e padres.

No Alto Sertão da Bahia não era diferente. Segundo Neves (2001, p.14), os modelos de organização familiares levados para a região pelos portugueses, demonstram a prevalência deste modelo familiar patriarcal, com um núcleo familiar composto por casal e filhos. No entanto, a composição do espaço doméstico da região ainda inclui os parentes, agregados e escravizados, conforme aponta Fragoso (2015, p.64).

As redes familiares estabelecidas por famílias da elite rural do Alto Sertão da Bahia, que garantiam seu status, principalmente pela propriedade de terras e escravizados, como os Cotrim, os Brito Gondim e os Pinheiro de Azevedo, por exemplo, podem ser analisadas dentro da constituição das redes econômicas, onde matrimônios e batismos funcionavam como “contratos” entre as famílias.

Sobre o funcionamento destes contratos enquanto instituições fundamentais para a dinâmica econômica, Santos pontua que

As instituições têm como objetivo reduzir incertezas, gerando assim uma estrutura estável para a interação humana. Elas podem ser convenções, códigos de conduta, normas de comportamento; leis estatutárias ou

consuetudinárias. Mas também elas podem ser contratos (explícitos ou tácitos) entre os indivíduos. O fato é que as instituições afetam, inegavelmente, no desempenho da economia de uma determinada sociedade (Santos, 2016, p.158).

Portanto, a análise do núcleo familiar da família Xavier de Carvalho Cotrim, uma destas famílias da elite rural que se fixou no Alto Sertão da Bahia e estabeleceu relações com outros núcleos familiares da mesma estratificação social, principalmente pelos casamentos e apadrinhamentos, surge como uma possibilidade de entender melhor a organização e participação econômica, militar e política destes sujeitos nas dinâmicas da região a partir do século XVIII.

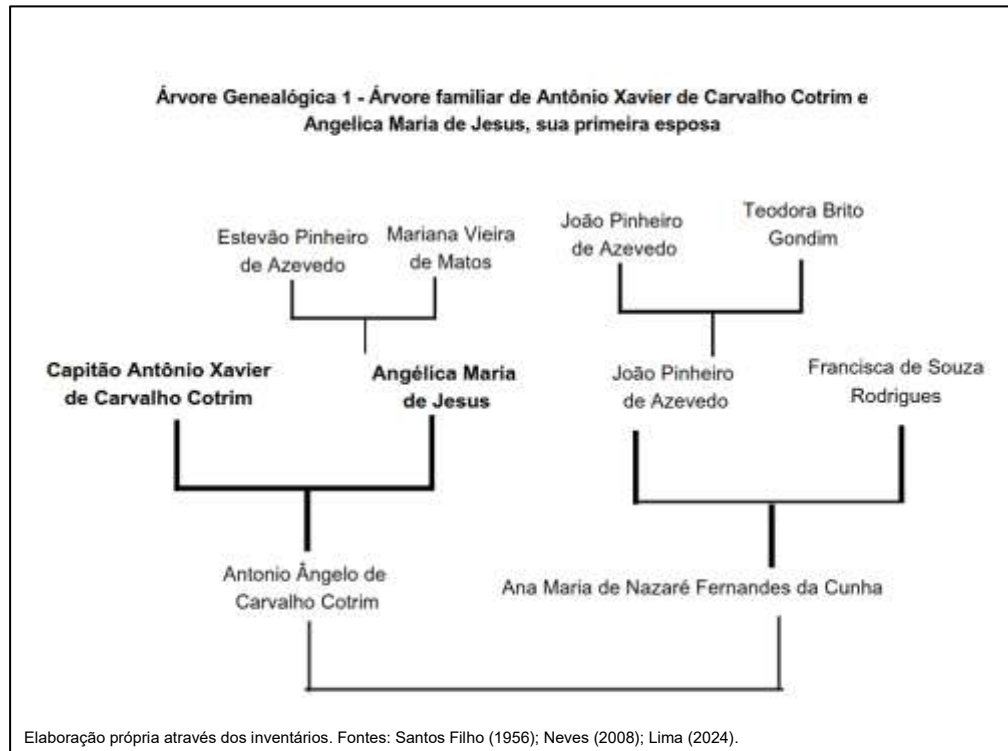
2.2 As redes de sociabilidade da família Cotrim

Para discutir as redes que a família Xavier de Carvalho Cotrim é fundamental identificar quais foram as famílias com quem os Cotrim se relacionaram dentro do recorte temporal estabelecido, através dos inventários analisados (1820-1860). Por isso, o desenvolvimento da genealogia destes sujeitos foi indispensável, pois

ela tem como objetivo desvendar as origens das pessoas e de famílias por intermédio do levantamento sistemático de seus antepassados, regiões onde nasceram e viveram e seus relacionamentos inter e intra familiares. (Roso, 2010, p. 387).

Considerando a necessidade de facilitar a sistematização destas redes de relacionamentos, duas árvores genealógicas foram desenvolvidas. Isso porque Antônio Xavier de Carvalho Cotrim se casa duas vezes e com mulheres de famílias diferentes.

Figura 3 – Árvore genealógica do casamento entre Antônio Cotrim e Angélica



A primeira árvore genealógica apresenta as conexões estabelecidas entre Antônio Xavier de Carvalho Cotrim e a família Pinheiro de Azevedo, a partir do matrimônio entre ele e Angélica Maria de Jesus, filha do Capitão Estevão Pinheiro de Azevedo.

Estevão foi um dos patriarcas de origem portuguesa da família Pinheiro de Azevedo, que se instalou na região do Alto Sertão. Um dos grandes proprietários de terra na região da Vila do Urubu de Cima (atual Paratinga) e nas proximidades da Fazenda do Campo Seco (atual Brumado), casou-se com Mariana Vieira de Matos, filha do Capitão-Mor José Elias de Matos. Tais conexões já exemplificam como esta família se preocupou em arranjar casamentos que servissem para a manutenção do poder e da herança, visto que o título de Capitão de Estevão era referente ao seu cargo como Capitão da Companhia do Rio Gavião (Comarca de Jacobina)²², exemplificando não só uma conexão por interesses econômicos, mas políticos e militares.

O inventário de Angélica Maria de Jesus²³ revela como o casamento tinha a função de garantir que a herança seja passada para o seu cônjuge, caso a sua

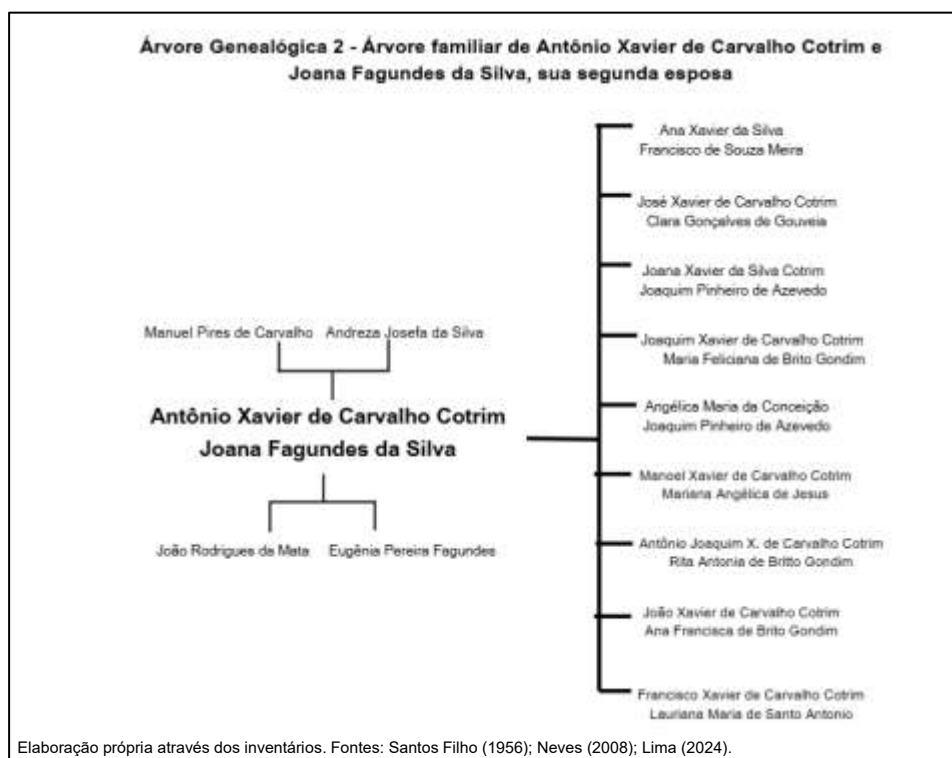
²² Silva (2021, p. 300).

²³ APMRC. Judiciário. Inventário, Ângela Maria de Jesus, 1752.

linhagem ainda não esteja apta para receber. Ela faleceu nova, mas com um espólio considerável. Mais de 1000 cabeças de gado *vacum* espalhadas em propriedades arrendadas foram declaradas (tabela 5), uma propriedade na Vila do Urubu, escravizados, itens de ouro e prata e mobílias foram deixados para seu esposo, Antônio Cotrim²⁴, inventariante e viúvo dela, pois seu único filho, Antônio Ângelo, ainda era uma criança. Porém, ao analisar o inventário do patriarca Cotrim, nenhuma cabeça de gado ou a propriedade foi declarada. Isso demonstra que apesar das famílias se organizarem nestas redes, não necessariamente garantiria que os bens chegassem à geração seguinte, pois no inventário de Ângelo²⁵ também não há informações dos bens deixados por sua mãe.

A condição de casamento para manter a herança na mesma família chega ao matrimônio entre Antônio Ângelo Xavier de Carvalho Cotrim e sua prima materna, Ana Maria Nazaré, com quem se casa. Ela era filha de João Pinheiro de Azevedo²⁶, sobrinho de Estevão. Deste matrimônio, ele declarou em seu testamento 7 filhos legítimos: Joaquim, Felis, Vicente, Angelica, Antônia, Anna, Maria e Genoveva.

Figura 4 – Árvore genealógica do casamento entre Antônio Cotrim e Joana Fagundes



²⁴ APEB. Judiciário. Inventário, Antônio Xavier de Carvalho Cotrim e Joana Fagundes da Silva, 1821.

²⁵ APEB. Judiciário. Inventário, Antônio Ângelo Xavier de Carvalho Cotrim, 1850.

²⁶ APEB. Judiciário. Inventário, Francisca de Souza Rodrigues, 1825-1837. Acesso em acervo digital disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/memories/G396-Z37>.

A segunda árvore genealógica demonstra de forma mais ampla o tamanho das conexões. A razão disso é que em seu segundo casamento, com Joana Fagundes da Silva, Antônio Xavier de Carvalho Cotrim teve 9 filhos legítimos citados no inventário.

João Rodrigues da Matta, natural de Portugal, se estabeleceu em Minas de Rio de Contas, onde faleceu, segundo seu inventário, em 1747²⁷. Sua esposa foi sua inventariante. Ela não se casou novamente e ficou responsável pela criação dos 9 filhos citados: Rosa, Manuel, Claudiano, Alexandre, Sanctos, Maria, Joana, Luiz e Teodora.

Ana Xavier da Silva se casou com Francisco de Souza Meira, ambos reconhecidos no inventário do patriarca Cotrim. A família Souza Meira fixou-se no Alto Sertão a partir da chegada de José de Souza Meira, segundo marido de Micaela Maria de Jesus, também filha do casal João Pinheiro de Azevedo e Teodora Brito Gondim (da árvore genealógica 1)²⁸. Os Souza Meira tiveram grande influência na economia e posses na região do Campo Sêco (atual Brumado)²⁹.

José Xavier de Carvalho Cotrim casou-se com Clara Gonçalves de Gouveia. Sobre este filho ou matrimônio, não foi possível localizar o inventário ou registros que possibilitassem mais informações. Situação semelhante ocorreu com João Xavier de Carvalho Cotrim esposo de Ana Francisca de Brito Gondim. Portanto, as informações sobre as conexões familiares estabelecidas por José e João tem como fonte informações retiradas do livro “Uma Comunidade Sertaneja: da sesmarias ao minifúndio” (2008), tese de Erivaldo Fagundes Neves.

Joana Xavier da Silva Cotrim se casou com Joaquim Pinheiro de Azevedo. Mantendo a conexão com a família do Capitão Estevão, pois Joaquim era seu neto, filho de Antônio Pinheiro de Azevedo.

Angélica Maria da Conceição se casa com Joaquim Pinheiro de Azevedo, homônimo do esposo de sua irmã Joana, filho de João Pinheiro e Francisca Rodrigues (casal apresentado na árvore genealógica 1).

²⁷ APMRC. Acervo: Poder Judiciário – Autos Cíveis. Inventários post mortem. Inventariado: MATA, João Rodrigues da. Inventariante: FAGUNDES, Eugênia Pereira. Caixa 07, Maço 14, Documento 77, 1747-1768.

²⁸ LIMA, Rui Marcos Moura et al. O clã dos Canguços no Brejo do Campo Sêco: fazenda de criação, guerra de famílias e poder no alto sertão da Bahia do século XIX. 2024.

²⁹ SANTOS FILHO, Lycurgo *de Castro*. Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX [PDF]. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1956. p.5.

Manoel Xavier de Carvalho Cotrim casou-se com Mariana (Marciana³⁰) Angélica de Jesus. Ela era filha de Antônio Pinheiro de Azevedo e Ana Angélica de Jesus, membros da linhagem do Capitão Estevão Pinheiro de Azevedo e do Capitão Antônio Fernandes, respectivamente.

Segundo consta em seu inventário³¹, o Capitão Manoel Cotrim e sua esposa tiveram os seguintes filhos: Anna Maria, Vicente, Rita Esméria, Manoel, João, Rodrigo, Vicente, Maria Zeferina, Francisco e Antônio.

Antônio Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim era esposo de Rita Antônia de Brito Gondim. Desta ele foi também inventariante, segundo a base de dados do APEB³². Como seu falecimento é bem posterior ao recorte temporal desta pesquisa, o seu inventário (1871) não foi acessado. Por isso, não é possível trazer mais informações sobre seus descendentes.

Francisco Xavier de Carvalho Cotrim juntou-se em matrimônio com Lauriana Maria de Santo Antônio. Juntos tiveram Maria Rita e Antônia Maria de Jesus³³. O pai de Lauriana era o português Miguel Lourenço de Almeida, grande proprietário e comerciante do Alto Sertão, o “primeiro senhor do Brejo do Campo Seco³⁴” (na atual região de Brumado).

Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim casou-se com Maria Feliciano de Brito Gondim, quem foi sua inventariante³⁵. Ela era bisneta de Francisco Azevedo e Teodora Gondim (árvore genealógica 1). O casal teve três filhos legítimos declarados no inventário: Joaquim, Inocêncio e Maria Feliciano. Ainda, o inventário de Joaquim tem anexado seu testamento. Neste ele declara ainda ter mais dois filhos com escravizadas: Julião e Natária. Sobre a situação referente ao reconhecimento destes filhos, Ortiz (201p.105) interpreta que

na sua prestação de contas em relação aos filhos concebidos com as escravas, Joaquim parece ter acreditado haver quitado quaisquer dívidas ao conceder a liberdade, ou seja, ao pagar a liberdade de Julião e articular a de Natária, da qual ainda foi padrinho (Ortiz, 2020, p.105).

³⁰ NEVES, Erivaldo Fagundes. Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). 2 ed. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008. p.157.

³¹ APEB. Judiciário. Inventário, Manoel Xavier de Carvalho Cotrim, 1861. p.1-2.

³² APEB. Base de Dados. Judiciário. Inventários.

³³ APEB. Judiciário. Inventário, Francisco Xavier de Carvalho Cotrim, 1818. p.1.

³⁴ Segundo Rui Marcos Moura Lima (2024, p.32), há uma discussão sobre Almeida ter sido o primeiro proprietário, pois apesar de ser apontado por Lycurgo Santos Filho (1956), Marcos Profeta (2019) levanta e apresenta documentos que sugerem Micaela Maria de Jesus, sogra de Miguel, como a primeira proprietária.

³⁵ APEB. Judiciário. Inventário, Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim, 1831.

A questão é que mesmo reconhecidos, estes filhos não aparecem como herdeiros nos inventários, apenas os filhos legítimos. Esse tipo de prática em reconhecer os filhos naturais ilegítimos, mas não os colocar como beneficiados dos bens inventariados, não era incomum. Conforme Castro Pereira (2004) aponta, “a origem “imoral” do ilegítimo seja de acordo com a legislação civil, ou religiosa, era condição para limitar a atuação dos mesmos no ambiente cotidiano” (Castro Pereira, 2004, p.8) e assim manter os bens dentro da linhagem matrimonial.

Os matrimônios da família Cotrim, como apresentado nas árvores genealógicas, estabelecem conexões entre famílias abastadas do Alto Sertão. Por isso não havia o interesse em passar estes bens aos filhos ilegítimos. Por outro lado, os Britto Gondim, Pinheiro de Azevedo e Souza Meira faziam parte do grupo de senhoriato agrário que povoaram a região e eram grandes proprietários, que “constituía-se no único segmento social com acesso ao poder político, que emanava da propriedade da terra” (Neves, 2008, p.111).

Portanto, para demonstrar que as conexões familiares estabelecidas entre estas famílias através dos casamentos tinham raízes não no amor, mas em promover redes política e de poder, a seção seguinte apresentará os espaços ocupados por estes sujeitos nas milícias e câmaras do Alto Sertão.

2.3 As milícias e câmaras do Alto Sertão: a rede da família Cotrim

Como apontado no capítulo 1, para a garantia da lei e da ordem pública, foram criadas os Corpos de Ordenanças. No território da América Portuguesa, este modelo de organização estendia seu controle nos arraiais ou freguesias através das milícias.

Conforme destacado por Neves (2008):

As milícias não remuneravam seus efetivos, que se fardavam, armavam-se por conta própria e pagavam tributos de patentes. Gozavam, em contrapartida, de privilégios, imunidades e prestígio social. Os comandantes superiores distribuía os principais cargos da administração pública entre os seus homens de confiança e controlavam as instituições sociais das suas respectivas áreas de domínio socioeconômico e político-administrativo (Neves, 2008, p. 230).

Através desta análise, é possível compreender que ser membro destas milícias não estava atrelado apenas a uma titulação de cunho militar, mas a um poder “como expressão da capacidade de coerção social e monopólio” (Silva, 2021, p.299). As redes, neste sentido, funcionavam como instrumento para garantir que o poder se

mantivesse dentro dos grupos, dificultando a abertura para opositores ou rivais chegarem ao poder (institucional). A rede familiar dos Cotrim é um exemplo disso.

Tabela 2 – Postos ocupados em milícias por membros da rede familiar dos Cotrim

Postos ocupados em milícias do Alto Sertão por membros da família	
Membro da rede	Posto ocupado
Estevão Pinheiro de Azevedo	Capitão da Companhia do Rio Gavião (Comarca de Jacobina)
Antônio Xavier de C. Cotrim	Capitão
Manoel Xavier de C. Cotrim	Capitão da Companhia do Arraial de Canabrava dos Caires
Francisco de Souza Meira	Capitão da Companhia do Campo Seco
Antônio Ângelo Xavier de C. Cotrim	Tenente

Elaboração própria. Fonte: SILVA (2021).

Tabela 3 – Cargos/ofícios ocupados por membros da rede familiar na Câmara da Vila de Caetité

Cargos e ofícios ocupados da Vila de Caetité (1810-1815)	
Membro da rede	Cargos e ofícios
Francisco de Brito Gondim	Juiz Ordinário
Manoel Xavier de C. Cotrim	Juiz Ordinário (2x) e vereador
Antônio Ângelo Xavier de C. Cotrim	Vereador e almotacé
João Francisco de Brito Gondim	Almotacé
José Antônio de Brito Gondim	Juiz Ordinário

Elaboração própria. Fonte: SILVA (2021).

As tabelas acima apresentam como os cargos camarários eram ocupados por membros de milícias ou ligados a eles por laços de parentesco. Comparando as árvores genealógicas a elas, compreende-se que desde o primeiro matrimônio ocorrido com os Cotrim na região, o interesse em criar a conexão familiar tinha ligação com a manutenção de poder entre os membros da aristocracia rural da região. Observa-se que Estevão Pinheiro de Azevedo era o Capitão da Companhia do Rio Gavião e seu genro era o Capitão Antônio Xavier de Carvalho Cotrim³⁶.

³⁶ Segundo Neves, “Antônio Xavier de Carvalho Cotrim engajou-se nas ordenanças, galgando a patente de capitão, máxima da força miliciana” (Neves, 2019, p. 19).

As relações entre os Pinheiros de Azevedo e os Cotrim parecem se estreitar ainda mais ao analisar a segunda geração, pois quatro dos filhos do patriarca se casaram com membros da família do Capitão Estevão. Deles, Manoel alcança o posto de Capitão da Companhia do Arraial de Canabrava dos Caires; e Antônio Ângelo, descendente direto, atinge o título de tenente.

Ainda, nesta segunda geração ocorre a conexão entre os Souza Meira e os Cotrim. A tabela 1 traz dados que apontam Francisco de Souza Meira como o Capitão da Companhia do Campo Seco. Portanto, observa-se novamente um casamento entre famílias ligadas as milícias, a partir de sua união a Ana Xavier.

Percebe-se que os familiares não estiveram ligados a apenas uma Companhia, mas a pelo menos três: a Companhia do Arraial de Canabrava dos Caires, a Companhia do Campo Seco e a Companhia do Rio Gavião. Esses dados demonstram a dinâmica entre os sujeitos em diferentes espaços do Alto Sertão baiano. Entre os Cotrim, esta participação primária estava ligada principalmente a Vila de Caetité e seus arraiais.

Com a criação Terço de Ordenanças da Vila de Caetité, após a emancipação, a Câmara define como capitães da Companhias, homens que representassem o poder em dimensões diversas (Silva, 2021, p. 302). A tabela 2 demonstra que dentro deste grupo estavam membros da família Cotrim e seus parentes, os Brito Gondim (apresentados na árvore genealógica 2).

As redes familiares e os espaços de poder ocupados pelos Cotrim e seus aliados permitem compreender como a economia regional se estruturava a partir de laços de parentesco e reciprocidade. Essas conexões políticas e militares sustentavam-se nas atividades econômicas, especialmente a criação de gado e o comércio de escravizados, durante o século XVIII, e também em outras dinâmicas econômicas, como a cotonicultura, nos oitocentos. O capítulo seguinte analisa como a família analisada esteve inserida nessas práticas econômicas no final dos setecentos ao século XIX, com base nos inventários *post-mortem*, que evidenciam a participação dela em meio as transformações econômicas do período.

CAPÍTULO 3 - ATIVIDADES ECONÔMICAS OITOCENTISTAS E A PARTICIPAÇÃO DOS COTRIM: O QUE OS INVENTÁRIOS REVELAM

3.1 A economia oitocentista

A primeira parte deste trabalho apresenta como a descoberta de ouro nas Minas do interior da colônia influenciou na ocupação do Alto Sertão baiano, principalmente por famílias que construíram seu poder através das fazendas de gado. Porém, pontua que os proprietários não se dedicavam apenas a uma economia, principalmente pela necessidade dos produtos de subsistência³⁷.

Na conjuntura do final do século XVIII e início do século XIX, dois eventos influenciaram diretamente na diminuição da centralidade da criação de gado na região dos “Caminhos dos Sertões e Currais da Bahia”: a crise da produção mineradora no Brasil e a Primeira Revolução Industrial³⁸.

O período de declínio do ciclo do ouro provocou um realinhamento da economia do Alto Sertão, que já não tinham tanto mercado para escoar sua produção rumo as Minas. Sobre isso, Silva (2021) diz que

Os realinhamentos tiveram como consequência o soerguimento da economia colonial no final do século XVIII, período no qual se afirmou o comércio interno como dinâmica de produção e circulação de riquezas, a conexão entre territórios centrais e litorais, bem como a pulverização da produção (Silva, 2021, p.165).

Desse modo, o Sertão, antes conectado sobretudo aos portos pelo tráfico de escravizados, passou a participar de uma circulação econômica mais ampla e diversificada, com ampliação da variedade de produtos produzidos e comercializados. Ainda, nesta nova dinâmica, além dos produtores/proprietários, os negociantes surgem como uma categoria importante³⁹.

Paralelamente as mudanças decorrentes destes realinhamentos, a Primeira Revolução Industrial ocorria na Europa⁴⁰. Focada na produção têxtil em grandes

³⁷ Estas fazendas possuíam “o modelo produtivo da fazenda mista” (Silva, 2021, p.167)

³⁸ Fragoso (2002) apresenta informações sobre a organização da economia oitocentista em seu artigo “Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império Português (séculos XVII E XIX)”. Suas considerações apontam como o mercado e os negociantes deste período se organizavam dentro da América Portuguesa. Ao longo do trabalho, ele traz dados que possibilitam perceber como o declínio do ciclo do ouro e a Primeira Revolução Inglesa influenciaram numa maior dinamização comercial, principalmente para a inserção da cotonicultura entre as principais atividades desenvolvida.

³⁹ Silva (2021, p.189).

⁴⁰ HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções: 1789-1848. Editora Paz e Terra, 2012. p.9.

volumes, o modelo exigia um alto quantitativo de matéria prima. A Inglaterra em industrialização e sem a colônias americanas não era autossuficiente deste produto. A solução encontrada foi o desenvolvimento de acordos comerciais com nações parceiras, como o Império português e sua colônia americana.

O realinhamento descrito, em conjunto com a mão de obra escravizada, caracterizou a economia brasileira do período e foi importante para o sucesso da Revolução, pois, segundo Hobsbawm (2012):

A economia característica da zona de plantação escrava, cujo centro ficava nas ilhas do Caribe, ao longo do litoral norte da América do Sul (em especial o **norte do Brasil**) e o litoral sul dos EUA, era a produção de algumas culturas de exportação de vital importância: açúcar, em menos quantidade, o café e o tabaco, tintas e, a partir da revolução industrial, sobretudo **o algodão** (Hobsbawm, 2012, p.21-22)

Essa participação foi analisada por Luna e Klein (2022), como a figura abaixo revela.

Figura 4 – Gráfico da origem do algodão por Liverpool, 1791-1871



O gráfico montado pelas autoras demonstra bem como o Brasil (% Brasil/Portugal) esteve inserido como importante fornecedor de algodão para a indústria têxtil inglesa. No início do século XIX foi o principal exportador.

No contexto em questão, a alta demanda, os baixos custos iniciais e a boa rentabilidade tornaram a atividade atraente para produtores nordestinos de distintas escalas⁴¹. No Alto sertão da Bahia, o algodão se insere como um dos comércios desenvolvidos.

Na região, os produtores estavam

dedicados à **criação de gado *vacum***, cavalos e muas para a venda nas vilas do litoral de carne e couros, pequenos plantéis de bestas para as tropas, **o plantio de algodão** e cana para fabricar açúcar e aguardente, alguns quintais de fumo, e alimentos para o consumo regional, como milho, feijão, mandioca, hortaliças e frutas (Silva, 2021, p.190).

Portanto, a diversidade de produtos apontados demonstra a capacidade de diversificação da produção, focada num modelo agroexportador e diversificado. Observa-se que a criação de gado *vacum* continua inserida, mas em menor destaque se comparada a conjuntura setecentista apresentada no primeiro capítulo. Isso ocorreu porque os proprietários se inseriram em outras redes comerciais, como na cotonicultura.

3.2 A família Xavier de Carvalho Cotrim no realinhamento econômico oitocentista

Como apontado na Introdução, a utilização de inventários post-mortem como fonte histórica oferece perspectivas sobre a economia regional, ao permitir a reconstrução da composição patrimonial das famílias. Esses documentos fornecem informações sobre a posse de terras, rebanhos, escravizados, bens móveis e metais preciosos, elementos que não apenas indicam riqueza, mas também revelam estratégias de acumulação. Ao analisar os seis inventários da família Xavier de Carvalho Cotrim, foi possível identificar padrões de consumo, prioridades econômicas e formas de diversificação produtiva que caracterizam o período de sua produção.

⁴¹ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. Dinâmica da atividade agrícola até meados do século XIX. **Revista USP**, n. 132, p. 17-36, 2022. p.23.

Tabela 4 – Recorrência dos bens inventariados								
INVENTÁRIO	PERÍODO	GADO VACUM	ESCRAVIZADOS	PROPRIEDADES E/OU CASAS	ALGODÃO	OURO E/OU PRATA	MOBÍLIA E OUTROS ITENS	OUTRAS CRIAÇÕES
Angélica Maria de Jesus	1752	X	X	X		X	X	X
Francisco Xavier de C. Cotrim	1818	X	X	X	X	X	X	X
Antônio Cotrim & Joana F. Silva	1821		X					
Joaquim Xavier de C. Cotrim	1831	X	X	X		X	X	X
Antônio Ângelo X. C. Cotrim	1850	X	X	X	X	X		
Manoel Xavier de C. Cotrim	1861		X	X		X		
Contagem	-	4	6	6	3	6	4	4

Elaboração própria através de dados dos inventários ⁴².

A tabela 4 permite compreender de forma mais detalhada a composição patrimonial, as transformações econômicas e a permanência das estruturas sociais e produtivas no Alto Sertão baiano entre os séculos XVIII e XIX. Os dados sugerem não apenas a continuidade de um modelo senhorial, fundado na posse da terra e da mão de obra escravizada, mas também como a família Cotrim de se adaptou às mudanças econômicas que marcaram o período, sobretudo após a crise do ouro e a ampliação da circulação mercantil no interior da colônia.

Ainda, demonstra a recorrência de determinados tipos de bens. Os resultados apontam que os escravizados, as propriedades e os bens em ouro e prata estão presentes em todos os inventários estudados, configurando-se como marcadores de riqueza e poder social no período. Em seguida, aparece o gado *vacum* em quatro inventários. Seguidos pela mobília, outros itens domésticos e as demais criações, como equinos e muares. Já o algodão é mencionado em dois inventários (1818 e 1850), refletindo o momento de diversificação econômica e a inserção do sertão

⁴² APEB. Judiciário. Inventário, Antônio Xavier de Carvalho Cotrim e Joana Fagundes da Silva, 1821.

APEB. Judiciário. Inventário, Antônio Ângelo Xavier de Carvalho Cotrim, 1850.

APEB. Judiciário. Inventário, Francisco Xavier de Carvalho Cotrim, 1818.

APEB. Judiciário. Inventário, Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim, 1831.

APEB. Judiciário. Inventário, Manoel Xavier de Carvalho Cotrim, 1861.

APMRC. Judiciário. Inventário, Angela Maria de Jesus, 1752.

baiano nas redes comerciais impulsionadas pela cotonicultura oitocentista apresentada na seção anterior (3.1).

A presença contínua dos “bens de raiz”, propriedades e escravizados, reforça a permanência do sistema colonial e o papel da terra como base econômica e símbolo de prestígio social. A família Xavier de Carvalho Cotrim se enquadra dentro das famílias de traficantes de escravizados do Alto Sertão até mesmo após a proibição do tráfico negreiro, pois segunda metade do século XIX estiveram envolvidos no tráfico interprovincial entre Bahia e São Paulo⁴³. Os inventários, representados na tabela, evidenciam como escravidão e o comércio de escravizados foi uma atividade que perpassou gerações.

Os bens em metais preciosos indicam a acumulação de riqueza e funcionam como forma de distinção material, elemento comum entre as elites sertanejas (seção 1.2), que com maior recorrência, aparecem em objetos, como talheres ou fivelas, não em barras ou moedas. A mobília, por sua vez, aparece com frequência nos inventários do século XIX, o que evidencia um padrão de consumo e o início de um processo de refinamento dos espaços domésticos. No inventário de Angélica Maria de Jesus (1752), por exemplo, não foi declarado nenhuma mobília, mas apresentou lençóis, toalhas, vasos, vestimentas de seda, armas de fogo, objetos de prata/ouro e ferramentas.

Com a análise dos bens inventariados, percebe-se a diminuição gradual da centralidade do gado *vacum* na região discutida como “currais da Bahia” na historiografia do século XVIII, especialmente após o início do século XIX. A pecuária, embora continue sendo uma atividade importante, passa a dividir espaço com o cultivo de algodão e outras produções destinadas ao mercado interno e externo, demonstrando a capacidade de adaptação dos Cotrim meio às novas demandas da economia atlântica.

Desse modo, o conjunto dos inventários revela dois momentos distintos na trajetória econômica da família Cotrim: o primeiro, entre 1750 e 1830, marcado pela formação das fazendas e pela predominância da pecuária; o segundo, de 1830 a 1860, caracterizado pela diversificação produtiva, manutenção da atividade escravista e pela presença do algodão. Mesmo que mantenham elementos tradicionais, esses

⁴³ NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. Afro-Ásia, Salvador, n. 24, 2000.

momentos refletem o processo de realinhamento econômico do sertão diante das transformações mais amplas vividas pela colônia e, posteriormente, pelo Império.

3.2.1 O algodão nos inventários

O inventário de Francisco Xavier de Carvalho Cotrim (1818) revela informações interessantes em relação a inserção do algodão na economia oitocentista. Talvez por ter falecido jovem, diferente de seus outros irmãos, seu inventário apresenta uma grande variedade de bens e uma interessante forma de pagamento de dívidas. Por exemplo, o pagamento de parte de uma dívida com seu irmão, Antônio Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim, através de setenta e seis arrobas e meia de algodão em caroço. A esta quantia foi atribuído o valor de 55\$100⁴⁴. Para comparação, no mesmo inventário, um escravizado, “*Antonio pardo de idade de sete anos filho de Maria Crioula*”⁴⁵, foi avaliado em 55\$000. A opção por utilizar algodão em caroço e não itens de ouro, gado *vacum* ou escravizados, demonstram o valor do recurso e o interesse de Antônio em recebe-lo.

Ao apresentar quantidade, valor e outro bem para comparação, é possível perceber como o algodão tinha um importante valor na economia do período e esteve envolvido nas relações comerciais estabelecidas entres os próprios membros da rede familiar.

O testamento de Antônio Ângelo (1850), anexado ao inventário, exemplifica a participação da família Xavier Cotrim na dinâmica do comércio de algodão. Na segunda folha deste documento, Ângelo cita nominalmente Raimundo Leite, Antonio Ribeiro, Felis (seu filho) e Manoel José dos Santos como pessoas a quem deve ou o devem valores relacionados a cargas de algodão. A presença de Felis ressalta a participação familiar no negócio, bem como o pagamento de Francisco a Antônio Joaquim, seu irmão.

3.2.2 O gado *vacum* nos inventários

Os inventários revelam como a criação de gado *vacum* coexistiu com outras atividades ao longo do século XIX.

⁴⁴ APEB. Judiciário. Inventário, Francisco Xavier de Carvalho Cotrim, 1818. f.10 (verso).

⁴⁵ Ibid. f.9 (verso).

PROPRIETÁRIO	LOCAL	QUANTIDADE	VALOR AVALIADO
Angélica Maria de Jesus (1752)	Fazenda do Caeteté	450 cabeças	1:156\$000 o rebanho
	Gado no Rio São Francisco	100 cabeças	160\$000 o rebanho
	Retiro no Rio São Francisco	3 parções	240\$000
Francisco Xavier de C. Cotrim (1818)	Fazenda Cerquinha	256 cabeças	1:060\$000 o rebanho
	Fazenda Campo Seco	20 cabeças	70\$000 o rebanho
	Fazenda Brejo dos Padres	60 cabeças	180\$000 o rebanho
Joaquim Xavier de C. Cotrim (1831)	-	300 cabeças	1:800\$000 o rebanho
	Fazenda das Quebradas	400 cabeças	2:400\$000 o rebanho

Elaboração própria através dos inventários.

A Tabela 5 apresenta as informações referentes à criação de gado *vacum* nos inventários de Angélica Maria de Jesus (1752), Francisco Xavier de Carvalho Cotrim (1818) e Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim (1831).

Em 1752, conjuntura setecentista apresentada na primeira parte deste trabalho, o inventário de Angélica Maria declara 450 cabeças de gado avaliadas em 1:156\$000 na Fazenda do Caeteté, além de outros rebanhos localizados nas margens do Rio São Francisco. Em 1831, Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim possuía 400 cabeças de gado na Fazenda das Quebradas, avaliadas em 2:400\$000, demonstrando o crescimento expressivo do valor atribuído aos rebanhos ao longo das décadas. A análise dos dados permite observar um crescimento significativo no valor desse tipo de bem ao longo do período.

A diminuição do interesse dos proprietários pela criação do gado, em detrimento a cotonicultura, causou eventual diminuição na oferta de carne bovina. Na Vila de Caetité, nas primeiras décadas do século XIX, ainda existiam complicações relacionadas ao controle político e impostos estabelecidos sobre a venda desta, pois

os agentes públicos que estabeleciam controles, impunham limitações e controlavam atividade mercantil, cobrando as taxas e impostos devidos para que a produção das rendas, necessárias à manutenção da autonomia da Vila e das rendas da Coroa, não ficassem comprometidas (Silva, 2021, p.332).

Considerando esse contexto, o cruzamento dos dados extraídos dos inventários com a bibliografia consultada permite uma leitura significativa acerca da ausência de gado *vacum* entre os bens inventariados de Manoel Xavier de Carvalho Cotrim. Em 1812, período em que o abastecimento de carne bovina enfrentava uma crise de oferta, Manoel Xavier, juntamente com outros “principais criadores que habitavam em fazendas localizadas nas cercanias da Vila de Caetité” (Silva, 2021, p. 333), foi designado para colaborar com o fornecimento desse produto. Tal situação

sugere que a ausência de cabeças de gado em seu inventário não necessariamente indica a inexistência de sua participação nesta atividade durante sua vida.

O patrimônio inventariado pela família Xavier de Carvalho Cotrim deve ser compreendido não apenas como expressão material de riqueza, mas como parte de uma estrutura social mais ampla, que articulava poder econômico, influência política e prestígio simbólico. As informações reunidas nas Tabelas 4 e 5 evidenciam a consolidação de uma elite agrária que, embora enraizada nas práticas setecentistas, soube acompanhar as transformações econômicas do Oitocentos e manter o controle sobre as terras, os recursos e as redes de poder do Alto Sertão baiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender as dinâmicas econômicas, sociais e políticas do Alto Sertão baiano entre os séculos XVIII e XIX, tomando como base de análise a trajetória da família Xavier de Carvalho Cotrim. A partir dos dados dos inventários *post-mortem* e da bibliografia indicada, foi possível reconstruir parte das práticas econômicas e das estratégias de poder adotadas por esse grupo familiar, inserindo-o nas redes de relações que caracterizaram os chamados “currais da Bahia”.

Os resultados discutidos demonstram que, embora a historiografia tradicional tenha enfatizado a pecuária como atividade predominante na região, a realidade econômica do Alto Sertão revelou-se plural e articulada. A criação de gado, o arrendamento de terras, o comércio de escravizados e a cotonicultura coexistiram como elementos complementares de um mesmo sistema agroexportador em formação. Os inventários da família Cotrim permitiram observar essa transição, na qual a pecuária, inicialmente central para o abastecimento das áreas mineradoras, perdeu parte de sua importância diante da expansão da produção algodoeira, estimulada pela Revolução Industrial inglesa e pela reorganização das trocas internas do Império português e, posteriormente, brasileiro.

No plano social, verificou-se que a família Xavier de Carvalho Cotrim não apenas se destacou como grande proprietária, mas também integrou o seletivo grupo de famílias que compunham a aristocracia rural do Alto Sertão. Por meio de casamentos estratégicos, alianças políticas e participação em milícias e câmaras municipais, os Cotrim consolidaram redes de poder que ultrapassaram os limites locais, projetando-se nas esferas administrativa e militar da região. Essa rede de sociabilidade, construída a partir de vínculos de parentesco e reciprocidade, garantiu a continuidade da influência familiar e o controle sobre a terra e os recursos produtivos ao longo das gerações.

Do ponto de vista econômico, os inventários analisados revelam a permanência de estruturas herdadas do período colonial, como a centralidade dos bens de raiz e da mão de obra escravizada, mesmo em um contexto de diversificação produtiva. As práticas econômicas observadas na família Cotrim refletem tanto a continuidade de um modelo senhorial quanto a sua capacidade de adaptação às novas exigências do mercado atlântico e às transformações do Império.

Com essa análise, é possível afirmar que o Alto Sertão baiano, longe de se constituir como espaço isolado ou de economia estagnada, integrava-se às dinâmicas comerciais mundiais. A região participava de circuitos econômicos interprovinciais e internacionais, abastecendo as áreas mineradoras e exportando algodão para os centros industriais ingleses. Nesse sentido, a história da família Xavier de Carvalho Cotrim ilustra como os agentes sertanejos foram protagonistas do processo de inserção do interior baiano nas redes mercantis mais amplas, articulando o local ao global.

Além de seu valor acadêmico, este estudo buscou contribuir para a preservação da memória e do patrimônio do Alto Sertão, especialmente do casarão da Fazenda Brejo dos Padres, espaço de vivências e de sociabilidade da comunidade local, ao apresentar os sujeitos apontados como primeiros moradores. A pesquisa reforça a importância desse patrimônio material como testemunho da formação histórica e econômica do alto sertão baiano.

Por fim, este trabalho reafirma a relevância da História Social como abordagem capaz de articular o estudo das estruturas econômicas com as trajetórias familiares, os laços de parentesco e as práticas cotidianas. A análise das fontes documentais evidenciou que compreender o passado sertanejo exige olhar para as redes que o sustentaram, redes de poder e de comércio, que permitiram à família Xavier de Carvalho Cotrim permanecer como um dos pilares da vida econômica e social do Alto Sertão entre 1750 e 1860.

Dessa forma, as conclusões aqui apresentadas não encerram o tema, mas apontam para novas possibilidades de pesquisa. O aprofundamento das investigações sobre a cultura material das elites sertanejas, com análises mais específicas dos inventários, e sobre as relações entre patrimônio e memória, com pesquisas focadas no casarão, poderá ampliar a compreensão acerca da formação histórica do Sertão da Bahia e de sua integração ao Império brasileiro, tendo este estudo como parte da teia de produções sobre a região.

FONTES

- APEB. Judiciário. Autos cíveis. Inventário. COTRIM, Antônio Xavier de Carvalho; SILVA, Joana Fagundes. Caixa 584, maço 1036, documento 06, 1821-1822.
- APEB. Judiciário. Autos cíveis. Inventário. COTRIM, Antônio Ângelo Xavier de Carvalho. Caixa 876, maço 1345, documento 18, 1850.
- APEB. Judiciário. Autos cíveis. Inventário. COTRIM, Francisco Xavier de Carvalho. Caixa 589, maço 1041, documento 3, 1818.
- APEB. Judiciário. Autos cíveis. Inventário. COTRIM, Joaquim Xavier de Carvalho. Caixa 573, maço 1025, documento 6, 1831-1837.
- APEB. Judiciário. Autos cíveis. Inventário. Cotrim, Manoel Xavier de Carvalho. Caixa 1190, maço 1659, documento 6, 1861.
- APMRC. Judiciário. Autos cíveis. Inventário. JESUS, Angela Maria de. Caixa 11, Maço 20, Documento 99, 1752.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (orgs). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**, v. 1. 1997. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/87014.pdf?srsitid=AfmBOooNSLOpOLo5F-jFJbmyXhXMI77Z2y4szH7dwUbMfhWcMSgSbxET>
- ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na América Portuguesa**. Saeculum, João Pessoa: UFPB, v. 26, p. 1-16, 2012.
- BLOCH, Marc. **A sociedade feudal** [PDF]. Tradução de Emanuel Lourenço Godinho; revisão de Edições 70. Lisboa: Edições 70 / Distribuidor no Brasil: Livraria Martins Fontes, s.d. Disponível em: <https://blogdorusuca.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/marc-bloch-a-sociedade-feudal.pdf>. Acesso em 13 out 2025.
- FRAGOSO, João. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. **História (São Paulo)**, v. 34, n. 2, p. 58-107, 2015. 15 dez. 2025.
- FRAGOSO, João. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império Português (séculos XVII E XIX). **História: Questões & Debates**, [S. l.], v. 36, n. 1, 2002. DOI: 10.5380/his.v36i0.2690. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2690>. Acesso em: 15 out. 2025.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. Editora Paz e Terra, 2012.
- LIMA, Rui Marcos Moura et al. O clã dos Canguços no Brejo do Campo Sêco: fazenda de criação, guerra de famílias e poder no alto sertão da Bahia do século XIX. 2024.
- MARTINS, Mônica de Souza; MIRANDA MALAVOTA, Leandro. Economia e técnica no contexto da Independência do Brasil. **História Econômica & História de Empresas**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 167–195, 2022. DOI: 10.29182/hehe.v25i1.863. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/863>. Acesso em: 9 jun. 2025.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil**: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2006.

_____. **História de família**: origens portuguesas de grupos consanguíneos do Alto Sertão da Serra Geral. CLIO. Recife: Online, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/243104>.

_____. **Posseiros, rendeiros e proprietários**: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7313>.

_____. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, 2000. DOI: 10.9771/aa.v0i24.20997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20997>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. Sesmarias em Portugal e no Brasil. **Politeia-História e Sociedade**, v. 1, n. 1, 2001.

_____. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). 2 ed. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva et al. **Meus filhos e minhas "crias"**: escravos" de leite e de pé" no seio da família, na rota do tráfico e na luta pela liberdade (Caetité, Alto Sertão, 1830-1871). 2020. Acesso em: 8 set. 2024.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M.; FOLLADOR, Kellen Jacobsen; DO CARMO QUINTÃO, Leandro. Território e territorialidade no império das redes: o Espírito Santo nos séculos XVI e XVII. **Dimensões**, n. 31, p. 27-55, 2013.

ROSO, Adriane. Psicologia e história: acerca da construção de árvores genealógicas ou como retomar lembranças de família em sociedades de rede. **Psico**, [S. l.], v. 41, n. 3, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/5596>. Acesso em: 13 out. 2025.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Uma comunidade rural do Brasil antigo:(aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX). **Brasiliana**, 1956.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Léguas tirana**: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-06012015-184410. Acesso em: 26 de nov 2024.

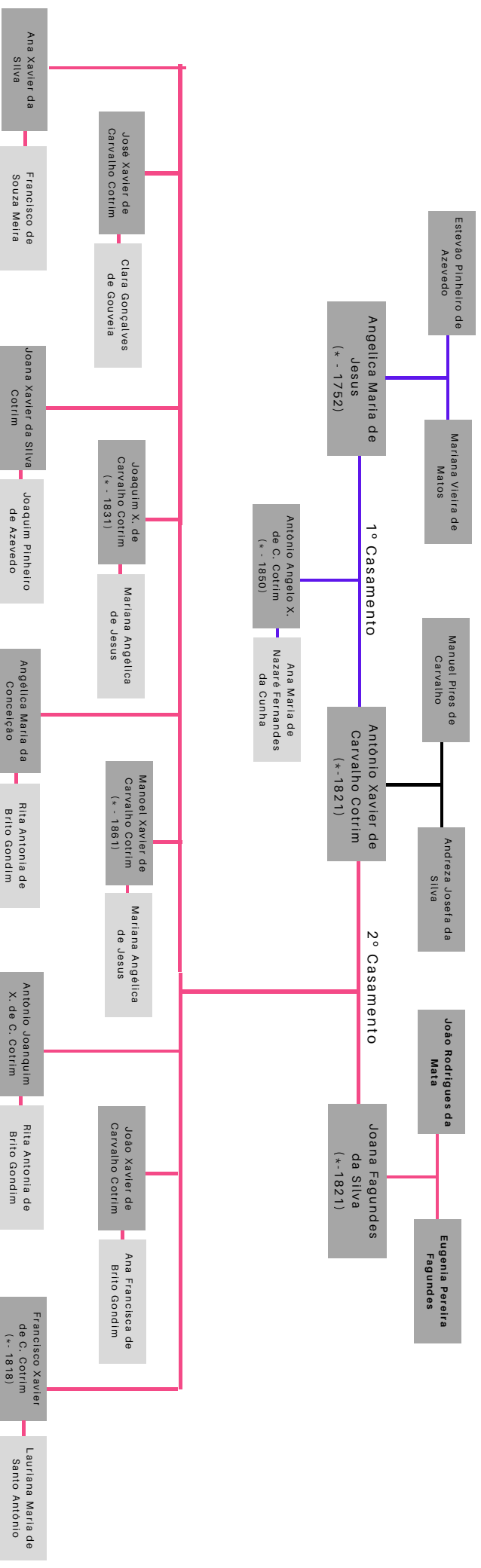
SANTOS, Raphael Freitas. **Minas com Bahia**: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF: Niterói, 2013.

SANTOS, Raphael Freitas. **Redes sociais e atividade mercantil na América portuguesa** (Minas Gerais, século XVIII). **Dimensões**, n. 37, p. 156-177, 2016.

SILVA, Laiane Fraga da. **“É preciso deixar alguma conversa para testificar que vivemos”**: a trajetória da família Faria Fraga no alto sertão da Bahia (Caetité 1842-1889). 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/725.13>

SILVA, Zezito Rodrigues da. **Uma vila na periferia do Império**: Sociedade, Território e Poder no Alto Sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna De Caitete, 1810-1821). Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense – UFF: Niterói, 2021.

APÊNDICE - ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA XAVIER DE CARVALHO COTRIM



Observações:

- A linhagem em azul corresponde às conexões do primeiro casamento do patriarca, António Xavier de Carvalho Cotrim, com Angélica Maria de Jesus. A linhagem em vermelho refere-se ao seu segundo casamento, com Joana Fagundes da Silva.
- Na árvore genealógica foram adicionadas apenas as datas de nascimento e morte disponíveis nas fontes acessadas.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
CAMPUS VI - CAETITÉ/BA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, Maria Clara Wisniewski Puga Silva, estudante do curso de Licenciatura/Bacharelado em História da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado **ATIVIDADES ECONÔMICAS NOS “CURRAIS DA BAHIA”: A FAMÍLIA XAVIER DE CARVALHO COTRIM NO ALTO SERTÃO BAIANO (1820-1860)** é de minha autoria. Declaro ainda que os trechos e citações de terceiros presentes no texto estão devidamente referenciados conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e que assumo inteira e total responsabilidade em caso de identificação de plágio, sujeitando-me às penas previstas no Código Penal Brasileiro.

Caetité, 02/12/2025.



Documento assinado digitalmente

MARIA CLARA WISNIEWSKI PUGA SILVA

Data: 01/12/2025 21:34:42-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Maria Clara Wisniewski Puga Silva – 062210116



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
CAMPUS VI - CAETITÉ/BA**

DECLARAÇÃO DE (NÃO) USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, Maria Clara Wisniewski Puga Silva, estudante do curso de Licenciatura em História da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado **ATIVIDADES ECONÔMICAS NOS “CURRAIS DA BAHIA”: A FAMÍLIA XAVIER DE CARVALHO COTRIM NO ALTO SERTÃO BAIANO (1820-1860)** é de minha autoria.

Considerando que recursos de inteligência artificial **não devem ser utilizados na escrita/produção da redação final do trabalho** de conclusão de curso, declaro também que durante a produção do texto:

(X) NÃO houve o uso de inteligência artificial

() SIM, houve o uso de Inteligência artificial. (Neste caso, informe abaixo o uso que foi feito e quais recursos foram utilizados, sabendo que a IA **não deve ser utilizada para escrita** do texto)

A Inteligência artificial foi usada no texto para:

- () revisão linguística do texto
- () elaboração de imagens e gráficos
- () tradução
- () Outros (especificar) _____

Cite os recursos de IA que foram utilizados (ex: Chat GPT)



Documento assinado digitalmente

MARIA CLARA WISNIEWSKI PUGA SILVA

Data: 01/12/2025 21:34:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Caetité, 02/12/2025.

Maria Clara Wisniewski Puga Silva – 062210116